



A RETOMADA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO E A SITUAÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO EM PERNAMBUCO NA DÉCADA DE 2000

André Luiz de Miranda Martins ¹
Raquel Oliveira Lindoso ²

A reversão da tendência de baixo crescimento econômico observada desde o início de 2000, tem levado ao restabelecimento, na economia brasileira, de uma relação produto-emprego positiva. Contudo, permanecem os desafios colocados à mitigação da informalidade e do trabalho autônomo. Ambos sinalizam para a onda de precarização do emprego que tem afetado a estrutura ocupacional brasileira desde o início dos anos 1990, cujos impactos se mostraram fortemente feminizados. Com efeito, a feminização do mercado de trabalho brasileiro tem acompanhado a deterioração dos empregos decentes. No caso particular da Região Nordeste, onde a precarização atinge níveis alarmantes, a recuperação econômica observada nos últimos cinco anos calçou-se fortemente em investimentos e gastos públicos – uma política fiscal ativa combinada com gastos sociais crescentes, ambos prévios aos níveis pré-crise de 2008, e que contribuiriam à sustentação dos níveis de renda –, bem como na produção intensiva em recursos naturais, com todos os indicadores apontando para o crescimento da demanda por força de trabalho.

Na presente comunicação tentaremos entender, em linhas gerais, a situação do emprego feminino e as tendências da inserção ocupacional da mulher no Nordeste e, mais especificamente, em Pernambuco na presente década, à luz do contexto econômico acima mencionado. É de nosso interesse particular responder à seguinte questão: a retomada do crescimento manteve o padrão de geração de oportunidades ocupacionais favoráveis aos homens?

A comunicação se desenvolve como segue: são revistas as tendências do emprego no Brasil nas décadas de 1990 e 2000, com ênfase nos determinantes macroeconômicos do crescimento dos níveis de emprego formal; aborda-se a questão da feminização do mercado de trabalho brasileiro; e é analisada a situação do emprego feminino e as tendências da inserção ocupacional da mulher no Nordeste, com rápida menção ao caso de Pernambuco nos anos 2000³. Por questões de espaço não será feita apresentação tabular.

¹ Professor Adjunto da Universidade Federal de Pernambuco. Contato: andremartins@ufpe.br.

² Economista. Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco. Bolsista de pós-graduação da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco-FACEPE. Contato: raquel.lindoso@yahoo.com.br.

³ Isto porque as análises das tabulações feitas para Pernambuco ainda estão em andamento no momento em que se finaliza esta comunicação.



Tendências do emprego nos anos 2000: determinantes macroeconômicos do crescimento no emprego formal

O desemprego formal foi possivelmente o resultado mais negativo dos programas de estabilização macroeconômica e ajuste estrutural implantados, sob a égide do neoliberalismo, nos anos 1990 no Brasil. Tal fenômeno levou não somente à crescente precarização dos empregos como também – *et pour cause* – a uma fragmentação do proletariado, expressa em índices crescentes de desfiliação sindical.

Com efeito, a sociedade brasileira experimentou, ainda que em diferente contexto econômico, a mesma pressão exercida sobre os governos nacionais por mudanças na regulação das relações de trabalho, em curso na Europa ocidental desde o fim dos anos 1970. Pressão que reforçou o discurso do “fim do trabalho assalariado” que atingiu, além do Brasil, boa parte da periferia e semi-periferia do capitalismo. Este discurso teve seu ápice nos dois anos subseqüentes à implantação das medidas de estabilização do Plano Real – ou seja, entre 1995 e 1996.

Assim, os argumentos que apontavam a globalização e conseqüente necessidade de reorganizar um mercado de trabalho demasiadamente ‘preso’ a contratos salariais como, ambos, inevitáveis, levaram ao reconhecimento nacional-institucional das mudanças apregoadas e da necessidade de serem adotadas as reformas de marco regulatório necessárias a uma transição suavizada para um novo mercado de trabalho, estruturado em torno do trabalho autônomo e do empreendedorismo. A sociedade brasileira teve de se adaptar a relações industriais menos reguladas e à alegada necessidade de superação de um marco regulatório criado durante a industrialização brasileira e, portanto, ainda associado à Consolidação das Leis do Trabalho-CLT⁴.

As políticas neoliberais, ao longo desse período, baseadas que estiveram em estritos controle orçamentário e valorização cambial, resultaram num padrão de crescimento econômico fracamente associado à geração de empregos (*jobsless growth*), bem como em aumento dramático dos níveis de importação de bens de consumo de alto valor agregado. Ambos os resultados levaram a uma deterioração contínua, de mais de meia década, das condições de vida da classe trabalhadora. Assim foi que, entre 1993 e 1997, o emprego cresceu 7,4% contra 21,6% de crescimento do Produto Interno Bruto-PIB; e entre 1998 e 2003, 14,5% contra 10,8% (emprego e PIB, respectivamente). A razão ‘renda total do trabalho/renda nacional’ caiu de 44% em 1991 para 37% em 2000 (ou seja, em

⁴ DEDECCA, Cláudio S. O trabalho assalariado no capitalismo brasileiro atual. In: BALTAR, P.E.A.; KREIN, D.; SALAS, C. (orgs.). *Economia e trabalho: Brasil e México*. São Paulo: LTr, 2009, p. 130-150.



cerca de uma década a queda registrada foi análoga àquela verificada para o pico dos anos 1950 até os anos 1990!).

No mesmo interregno dos 1990, a participação da força de trabalho na população brasileira passou de 40 para 44%. O emprego informal não só cresceu em todos os setores de atividade; além disso, os anos 1990 testemunharam um crescimento, por assim dizer, patológico do subsetor desorganizado de serviços. A participação dessas atividades desestruturadas passou de 44% para mais de 50% do setor entre 1980 e 1990⁵. Nunca foram vistos tantos ex-trabalhadores fabris auto-ocupados como vendedores ambulantes. Também foi considerável o crescimento da ocupação doméstica (isto é, na provisão de serviços privados para famílias). Em conjunto, o crescimento da ocupação no subsetor desorganizado de serviços e nas atividades domésticas sugere tanto um aumento da desigualdade quanto a feminização crescente do mercado de trabalho brasileiro.

Alegadamente concebidas para dar uma resposta renovada a desafios tais como o atraso tecnológico-produtivo e a persistência da pobreza, as medidas de política macroeconômica (estabilidade de preços a qualquer custo) e de reforma estrutural orientadas pelo neoliberalismo reinante nos anos 1990 atestaram, a duras penas, suas limitações para dar conta de questões do (sub)desenvolvimento tornadas ainda mais graves pela globalização. Um acesso facilitado à poupança externa não compensou o ataque ao Estado e o desprezo da produção nacional. A combinação de supressão radical da proteção tarifária, as privatizações e a insistência na valorização cambial fizeram com que a economia brasileira (assim como muitas economias latino-americanas) regredisse a um padrão de especialização baseado em vantagens comparativas estáticas. Isto é, no Brasil e na América Latina, a linha de política econômica adotada resultou na restrição da estrutura produtiva à posse de fatores previamente existentes – em particular os recursos naturais⁶.

Assim, na economia brasileira, não somente se reduziu o grau de industrialização (medido pela razão ‘produto industrial/PIB’) entre 1990 e 1998 – quando uma suave recuperação se iniciou – mas, também, e mais importante, de 1996 2006 os únicos segmentos industriais que tiveram aumentada a sua participação no valor de transformação industrial foram aqueles baseados em recursos naturais, ao passo que os demais segmentos, tais como os intensivos em trabalho, em escala e em ciência, experimentaram um decréscimo neste interregno, refletindo outras transformações ocorridas por conta de uma política econômica tendente à especialização regressiva.

⁵ CARDOSO Jr., C. Crise e regulação do trabalho no Brasil. Texto para discussão n. 814. Brasília: IPEA, 2001, p. 29.

⁶ CARNEIRO, R. Impasses do desenvolvimento brasileiro: aspectos estruturais. In: . In: BALTAR, P.E.A.; KREIN, D.; SALAS, C. (orgs.). *Economia e trabalho: Brasil e México*. São Paulo: LTr, 2009, p. 16-59.



Esta tendência foi reforçada por uma associação perversa da política recorrente de valorização cambial com o descarte da política industrial – ambos constituindo um impedimento à incorporação de segmentos industriais mais tecnologicamente dinâmicos. Tal situação foi em parte revertida com a crise cambial de 1999, que forçou a economia brasileira a retomar o incentivo à produção interna.

A feminização do mercado de trabalho brasileiro e seu impacto na persistente desigualdade de gênero

A combinação de transformações da estrutura produtiva e de resultados positivos advindos das diversas formas de ação coletiva tem conduzido, nas últimas décadas, a alterações importantes nos padrões de inserção das mulheres na estrutura ocupacional. Seu ingresso em profissões intelectuais, em posições mais qualificadas na venda de serviços simbólicos e na alta administração se intensifica, bem como permanece a sua presença em ocupações mais aproximadas às definições restritivas de ‘atividade feminina’. Entretanto, permanece também a desigualdade, claramente expressa em diferenciais de salário e de posições relativas que as mudanças nas **condições** escondem. A mulher segue sendo força de trabalho sexuada, e, tal como na Educação, seus progressos não devem dissimular os progressos dos homens, que mantém a estrutura das distâncias⁷.

No Brasil contemporâneo esses progressos se dão em um contexto de mudanças demográficas, tais como a contínua queda das taxas de fertilidade, que tem levado ao envelhecimento da população, e entrada no mercado de trabalho de mulheres mais maduras, casadas e na condição de responsáveis pela renda familiar⁸. Essas duas mudanças facultaram um crescimento das taxas de participação⁹ femininas – que, a partir dos anos 1990, esteve fortemente relacionado à maior vulnerabilidade da força de trabalho feminina e aos crescentes níveis de precarização dos empregos, caracterizados, por seu turno, pela deterioração das relações industriais e pelo declínio da instituição da proteção social.

As mulheres seguem não só empregadas nos piores empregos, mas, também, segregadas por setor de atividade. Isto tem significado a sua super-representação nos setores de serviços (e nos

⁷ BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

⁸ LEONE, E. T. O trabalho da mulher em regiões metropolitanas brasileiras. In: PRONI, M.; HENRIQUE, W. (orgs.). *Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90*. São Paulo: Ed. UNESP; Campinas, SP: Instituto de Economia da UNICAMP, 2003, p. 199-229.

⁹ Razão PEA/PIA, isto é, a participação da população economicamente ativa (empregada e desempregada) na população **em idade ativa**.



subsetores desorganizados em particular), e têm limitada participação em outras atividades; em 2007, 50% das mulheres (de 16 anos ou mais) empregadas o estavam em serviços domésticos ou sociais – que incluem as atividades de provisão de serviços de educação, saúde e assistência social (33,5%) ou no comércio (16,5%)¹⁰.

Se considerada a participação da força de trabalho feminina na indústria – setor “tipicamente masculino” –, é certo que dados setoriais mais gerais irão esconder um alto nível de segregação de gênero. Assim, ainda que 17% e 12% dos homens e das mulheres empregados o estivessem na indústria brasileira em 2007, um olhar menos macroscópico revela que, naquele mesmo ano, 65% dos trabalhadores industriais eram homens, com os 35% restantes ocupados por trabalhadoras segregadas na produção têxtil, de confecções e de calçados. Ou seja, segmentos em que a subcontratação é freqüente e o trabalho precário, sem assistência e mal-remunerado, é a regra, dificilmente a exceção.

Além de a substituição de homens por mulheres em ocupações ‘superiores’ se dar pela via da redução salarial, a distribuição da população empregada segundo a remuneração do trabalho (medida por salários-mínimos) revelava, em 2006, uma situação em que as mulheres eram progressivamente menos representadas conforme se galgavam o ranking ocupacional (ou salarial). Assim, tinha-se então que no estrato de ocupados correspondente a uma renda superior a 20 salários-mínimos a participação feminina era de somente 20%. Esta participação aumentava à medida que faixas de remuneração mais baixa eram consideradas, com a mulher igualando os homens apenas no estrato correspondente a até um salário-mínimo¹¹. A feminização do mercado de trabalho – muito próxima da feminização da pobreza, e a ela relacionada, ademais – em progresso.

Apresentando tal regularidade estatística persistente – e, assim, um componente estrutural difícil de alterar – a desigualdade de gênero se manifesta como (i) **hierárquica**, porquanto as mulheres estão sub-representadas em posições ocupacionais ‘superiores’, bem remuneradas, apesar das crescentes taxas de participação feminina; e (ii) **setorial**, porquanto as atividades econômicas se apresentam como feminizadas, com as mulheres mais presentes em algumas e excluídas de outras, de acordo com a cultura de gênero¹². No contexto de uma reestruturação produtiva em cujos modelos produtivos a flexibilidade do mercado de trabalho é estratégica para as firmas, a flexibilidade em si mesma se feminiza mais e mais. Não surpreende que a pesquisa feminista

¹⁰ IPEA. *Impacto da crise sobre as mulheres*. 2. ed. Brasília: IPEA/SPM/OIT, 2009.

¹¹ IPEA, op. cit.

¹² PEREZ SEDEÑO, E. Las mujeres em el sistema de ciencia y tecnologia: estudios de casos. *Cuadernos de Iberoamérica*, 2001.



consideram a flexibilidade do mercado de trabalho um dos aspectos mais reveladores das questões de gênero¹³.

O emprego feminino e as tendências da ocupação para as mulheres no Nordeste nos anos 2000

Iniciando por uma *démarche* econômico-histórica, note-se que, ao longo do interregno de 1960 a 1990, o crescimento industrial nordestino foi maior que o crescimento da indústria nacional, e que, após trinta anos de industrialização incentivada, este complexo industrial regional adquiriu razoável grau de articulação e integração com a economia nacional. Com efeito, a similitude mais significativa, em termos de homogeneidade e desempenho, entre as economias nacional (brasileira) e regional (nordestina) residiu, até os anos 1990, no setor industrial.

Contudo, esta é apenas parte da história econômica nordestina. Não se pode perder de vista outra parte, qual seja, a dos desvios de rota do projeto de industrialização incentivada no Nordeste entre 1960 e 1990. Este, que viveu seu auge entre as décadas de 1960 e 1970, teve por objetivos iniciais a formação de forte base econômica de insumos industriais e a criação de encadeamentos industriais densos entre as unidades produtivas regionais; ao menos em teoria, a promoção da metalurgia, da produção de máquinas e equipamentos, especialmente nas metrópoles, teria potenciais efeitos econômicos duradouros na medida em que articularia uma rede auto-expansiva de firmas¹⁴. Mas, infelizmente, este potencial não se realizou nas cidades médias, com o elemento dinâmico da economia nordestina permanecendo externo à região.

Tampouco o problema regional do emprego foi equacionado, e, na sequência da breve recessão econômica de 1990-1992, o Nordeste adentrou o novo século sob a égide da globalização, mas ainda enfrentando problemas persistentes, por prévios aos anos 1900. Suas raízes históricas, associadas à concentração fundiária e à monocultura, assim como sua inserção regional na economia brasileira (basicamente como fornecedora de matérias-primas), definiram sua especificidade: a terra do atraso, dos piores indicadores sociais nacionais, e de um problema irresoluto de escassez relativa de água¹⁵. Apesar da industrialização de três décadas e do recente estabelecimento de nichos industriais (os alegados ‘pólos’ de crescimento econômico, ainda que

¹³ DUQUE-ARRAZOLA, L. S. O sujeito feminino nas políticas de assistência social. In MOTA, A. E. (org.). *O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

¹⁴ GOLDSMITH, W. W.; WILSON, R. Poverty and distorted industrialization in the Brazilian Northeast. *World Development*, v. 19, n. 5, p. 435-455.

¹⁵ ARAÚJO, T.; SOUZA, A. V.; LIMA, R. A. Nordeste: economia e mercado de trabalho. *Estudos Avançados*, 11 (29), p. 55-77.



sem muita semelhança com a formulação original, *perrouxiana*, de pólos). Apesar dos resultados positivos da industrialização induzida, a região sempre foi tratada, tanto pelas elites como pelos governantes locais como um caso à parte, merecedor de prioridades em vez de ser considerado para integrar as políticas nacionais de desenvolvimento¹⁶.

O desemprego metropolitano persistiu, ao longo dos anos 1990, cronicamente alto nas capitais regionais nordestinas (em particular Salvador, Fortaleza e Recife – onde a produção sucroalcooleira ainda é importante, mas contribui para agravar, quando sobrevêm más safras de cana-de-açúcar, os problemas locais de desemprego sazonal e subemprego persistente). O Nordeste, uma região com dimensões territoriais de um país, é um claro exemplo de processos ‘mancos’ de desenvolvimento regional, em que os ‘pólos’ resultaram parcialmente da instalação de plantas sudestinas, atraídas pela perspectiva de uso (até mesmo extensivo) da barata força de trabalho local.

No que segue tentar-se-á analisar brevemente a situação do emprego feminino e as tendências ocupacionais no Nordeste. Será enfatizado o emprego formal. A base de dados consultada foi a Relação Anual de Informações Sociais-RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego-MTE. Trata-se de um censo administrativo do mercado de trabalho, organizado e atualizado com informações fornecidas, anual e mandatoriamente, pelas empresas (estabelecimentos) formais. Os dados cobrem características básicas dos empregados (sexo, idade, escolaridade, salários, posição na ocupação) e dos estabelecimentos (ramo de atividade, contratações e demissões)¹⁷.

Alguns setores de atividade foram selecionados devido à sua importância para o mercado de trabalho formal regional. Quais sejam: indústria, serviços, comércio e administração pública. Agregados, correspondiam, em 2000, 2003 e 2007 a aproximadamente 90% dos empregados formais no Nordeste.

A administração pública tem sido o maior empregador formal regional da presente década, respondendo isoladamente 35% dessas ocupações em 2000. Sua importância relativa mantém-se ao longo do interregno 2000-2007, com uma suave queda verificada entre 2003 e 2006. A administração pública é, ademais, o único setor em que as mulheres estão mais presentes do que os homens: elas respondiam por 63,2% e 61,4% dos ocupados no setor em 2000 e 2007, respectivamente.

¹⁶ ARAÚJO, T.; SOUZA, A. V.; LIMA, R. A., op cit.

¹⁷ Os autores estão cientes das limitações, quase óbvias, da RAIS, que exclui os trabalhadores autônomos e informais em geral. No entanto, ressalte-se que, dada a sua desagregação espacial, assim como a sua periodicidade, a RAIS tem sido muito usada como critério de monitoramento de mudanças na estrutura ocupacional de regiões e municípios.



Em situação oposta está o setor industrial nordestino. Apesar de sua crescente importância regional (de 10 a 13% do emprego formal total entre 2000 e 2007), não há registro de mudanças significativas na participação relativa feminina no setor (correspondente a, em média, 35% dos empregos masculinos). Não surpreende que, em ambos os casos, os salários masculinos sejam maiores. Na administração pública, os diferenciais de salário (razão salário médio das mulheres/salário médio dos homens) foram, em 2000 e 2007, de 62 e 72%, respectivamente.

Considerações finais e próxima etapa da pesquisa comunicada

A situação de Pernambuco segue, em linhas gerais, o caso nordestino, com uma grande participação das mulheres nos empregos domésticos e na produção industrial subcontratada, principalmente no segmento têxtil. Note-se ainda que os notáveis índices de crescimento da economia pernambucana no último biênio estiveram fortemente concentrados na construção civil. Assim, análises mais detalhadas do mercado de trabalho pernambucano possivelmente revelarão a mencionada dimensão **hierárquica** da desigualdade de gênero, assim como a importância do componente **setorial** (ou territorial) no emprego industrial.

Bibliografia

- ARAÚJO, T.; SOUZA, A. V.; LIMA, R. A. Nordeste: economia e mercado de trabalho. *Estudos Avançados*, 11 (29), p. 55-77.
- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- CARDOSO Jr., C. Crise e regulação do trabalho no Brasil. Texto para discussão n. 814. Brasília: IPEA, 2001, p. 29.
- CARNEIRO, R. Impasses do desenvolvimento brasileiro: aspectos estruturais. In: . In: BALTAR, P.E.A.; KREIN, D.; SALAS, C. (orgs.). *Economia e trabalho: Brasil e México*. São Paulo: LTr, 2009, p. 16-59.
- DEDECCA, Cláudio S. O trabalho assalariado no capitalismo brasileiro atual. In: BALTAR, P.E.A.; KREIN, D.; SALAS, C. (orgs.). *Economia e trabalho: Brasil e México*. São Paulo: LTr, 2009, p. 130-150.
- DUQUE-ARRAZOLA, L. S. O sujeito feminino nas políticas de assistência social. In MOTA, A. E. (org.). *O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- IPEA. *Impacto da crise sobre as mulheres*. 2. ed. Brasília: IPEA/SPM/OIT, 2009.



LEONE, E. T. O trabalho da mulher em regiões metropolitanas brasileiras. In: PRONI, M.; HENRIQUE, W. (orgs.). *Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90*. São Paulo: Ed. UNESP; Campinas, SP: Instituto de Economia da UNICAMP, 2003, p. 199-229.

PEREZ SEDEÑO, E. Las mujeres em el sistema de ciencia y tecnologia: estudios de casos. *Cuadernos de Iberoamérica*, 2001.